Unidade - Disciplina - Trabalho

GRIP

Gabinete de Registo e Informação Pública

BOLETIM INFORMATIVO

Tiragem Semestral
Edição Nº 3

A Pirataria no Golfo da Guiné. Pág. 2

Com os recentes ataques de pirataria na região do Golfo da Guiné, zona costeira da Serra Leoa até a ANGOLA, o que vem preocupando as Nações...

Planos Nacionais de Contingência (PNC) para o combate ao derramamento da grude. Pág. 5

No mês de maio, a Direção Geral do Ambiente em cooperação com a Internacional...

O Gabinete: Gabinete de Registos e Informação Pública – GRIP. Pág. 7

No âmbito do Principio de Transparência na Gestão dos Recursos Petrolíferos, aderido pelo Estado da República Democrática...

A Pirataria no Golfo da Guiné

Pirataria no Golfo da Gunié

Com os recentes ataques de pirataria na região do Golfo da Guiné, zona costeira da Serra Leoa até a ANGOLA, o que vem preocupando as Nações Unidas, INTERPOL, e os países dessa região incluindo São Tomé e Príncipe, a 8 de Maio do corrente ano, foi feita uma apresentação pelo Dr. Carlos Gomes na Agencia Nacional de Petróleo, sob o tema era Explorando Estratégias de Cooperação para Assegurar a Região do Golfo da Guiné, onde falou-se do policiamento marítimo, segurança e desenvolvimento dos recursos não-hidrocarbonetos na ZDC.

O Golfo da Guiné é uma área extensa de mais de 5.000 km e a região é responsável por uma produção de mais de 5 milhões de barris de petróleo por dia, sendo assim, a região de origem de 70% das exportações de petróleo da África. A área é extremamente rica em peixes que constitui uma fonte importante de proteína para a população da região.

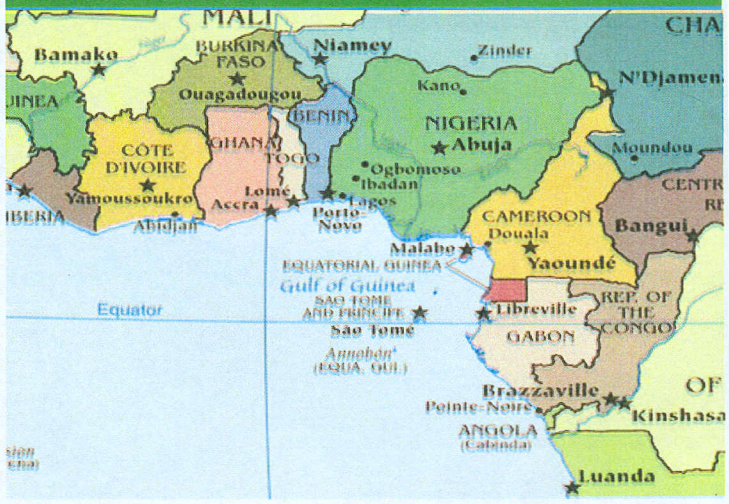
Desde 2009 tem-se registrado ataques no mar contra navios mercantes no Golfo da Guiné. Tais acções põem em risco a segurança do comércio internacional e são motivo de inquietação, notadamente em razão de possíveis vínculos com grupos terroristas regionais africanos.

Apesar de o problema que assola a costa africana desde 2009, em 2011, o óleo de alimentação da região foi equivalente a 40% das importações - total da abasteceu no total de 27 países da Europa e total de 29% aos Estados Unidos da América só consumo de petróleo.

No ano passado, a 26 de Junho de 2013 foi organizada uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC) e do Conselho do Golfo da Guiné (CGG), que se encerrou no dia 27 do mesmo mês em Laundê, na República de Cameron.

Os países como a Nigéria, Cameron, Gabão, Guiné Equatorial, Malabo, Gana, Seara Leoa, entre outros, em que as suas embarcações navegam por aqueles mares viram na necessidade de criarem e aprovarem leis ou políticas que orientem nas acções de combate a ilícitos no Golfo da Guiné nos planos normativos e operacionais, inclusive no que toca à estruturação de órgãos e capacidades de vigilância e de combate aos ilícitos marítimos. Trata-se do código de conduta e da Declaração Política sobre a Segurança Marítima do Golfo da Guiné.

The Gulf of Guinea



Essas medidas possibilitarão aos países africanos participantes da Cúpula de laundê dar cumprimento às Resoluções 2018 (2011) e 2039 (2012) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o qual os instigou a arquitetar um plano regional para enfrentar a questão dos ilícitos ocorridos no mar até então.

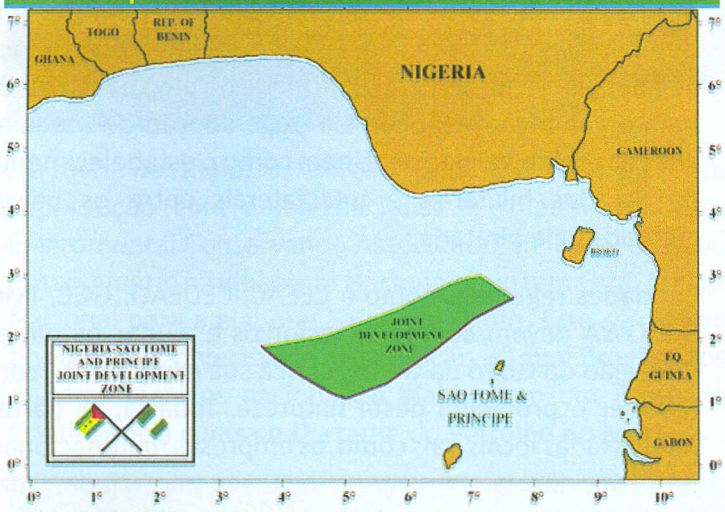
Na região da Nigéria e do Delta do Níger existe um esquema criminoso muito bem desenvolvido. Os roubos são feitos também em terra, não só de produtos brutos como também de refinados, atividades que se estendem às áreas marítimas. Por isso, os navios petroleiros são redirecionados.

Os piratas nigerianos têm focado mais em grandes navios petroleiros do que em próprios resgates. Afinal, os países no Golfo da Guiné beneficiam bastante com a retirada

por dia de três milhões de barris de petróleo. Mas quando o material cai em mãos alheias e criminosas, ele é rapidamente vendido no mercado negro e proporcionando um lucro ainda mais alto vai para os fora da lei.

E São Tomé e Príncipe que também tem interesse permanente na estabilidade e segurança do Atlântico Sul terá a necessidade de exercer plenamente as funções de patrulhamento e defesa de seus territórios e águas jurisdicionais, ainda mais com o advento do ouro negro. Entretanto Como sempre, tudo exige um financiamento para que isso aconteça. Mesmo com a descoberta do ouro negro e com a sua exploração não garantiriam a segurança máxima das embarcações nacionais que precisássemos.

View of Joint Development zone between Nigeria and São Tomé e Príncipe



Zona Conjunta de Desenvolvimento entre Nigéria e São Tomé e Príncipe, área cerca de 34 Km2

Apesar do aumento de ofensivas na região, não é novidade para os países que sofrem com isso. Segundo a Organização Marítima Internacional o número de assaltos piratas na costa ocidental africana é constante desde ano de 2011. Porém, tem registrado que nestas águas, os piratas agem cada vais mais com brutalidade.

Mas tudo isso tem lá os seus prejuízos económicos o que acabam afectar tudo e todos. Um estudo feito pela INTERPOL em consórcio com as Nações Unidas e o Banco Mundial verificou-se que a pirataria tem culminado um prejuízo anual de 18 mil milhões de euros à economia mundial. Por exemplo, em 2011, de acordo com o escritório da ONU sobre droga e crime, os piratas somalis exigiram um resgate de 124 milhões de euros.

A pirataria no Golfo da Guiné é um facto. Apesar do desafio. É de extrema importância explorar as potenciais soluções para travar os ataques piratas. Pois o número de problemas transnacionais tendem a aumentar, tais como, o roubo de petróleo, proliferação de armas, ataques piratas e a pesca ilegal de natureza migradoras.

Conforme a apresentação do engenheiro Carlos Gomes, para garantir a segurança na região exige uma abordagem inter-estatal na busca de soluções. Este problema vai além da capacidade de um único estado ou organismo regional para resolver o problema sozinho. Porquê? A operação é muito cara e requer um grande número de profissionais altamente treinados e mão-de-obra equipada, para um único Estado arcar com as despesas; a maioria dos estados concentram-se na segurança interna, consequentemente, menos recursos para vigilância costeira; existe uma grande mobilidade dos atacantes, que circulam desde as áreas mais protegidas até as áreas menos protegidas; às características migratórias das espécies de peixe da região (PELARGIC), são afetadas de país para país ao longo da estação de pesca correspondente a constante movimentação dos navios;

A pobreza, o desemprego e a baixa renda em comunidades das zonas rico em recursos naturais ainda podem contribuir para a insegurança da região:

Apesar de seu alto risco, CRIME pode ser visto como a única saída porque, o roubo de óleo tem um impacto significativo no meio ambiental, entretanto, dada às circunstâncias das condições de vida dos moradores desta região, eles acabam por esconder e apoiar os ditos bandidos porque essa prática surge como fonte de renda dessas famílias.

E não só, problemas como instituições fracas e a corrupção pode ajudar a estabelecer um país como a rota ideal para o tráfico de droga; a não utilização ou utilização insuficiente da rede de comunicação, a falta de recurso e de um pessoal capacitado para perseguir os criminosos.

Entretanto, o engenheiro Gomes na sua apresentação apresentou possíveis soluções para asseverar a segurança do Golfo da Guiné, visto que São Tomé e Príncipe

encontra-se nessa região e precisa tomar precauções com a chegada do ouro negro. É necessário requerer ações relacionadas com as medidas de cada país, região e cooperação internacional;

A nível nacional determinadas ações ajudariam a limitar os problemas existentes relacionados com a insegurança

a) aperfeiçoar o sistema legal com uma definição clara de pirataria no mar e adoção de regime jurídico de modo a processar infratores quando intercetado;

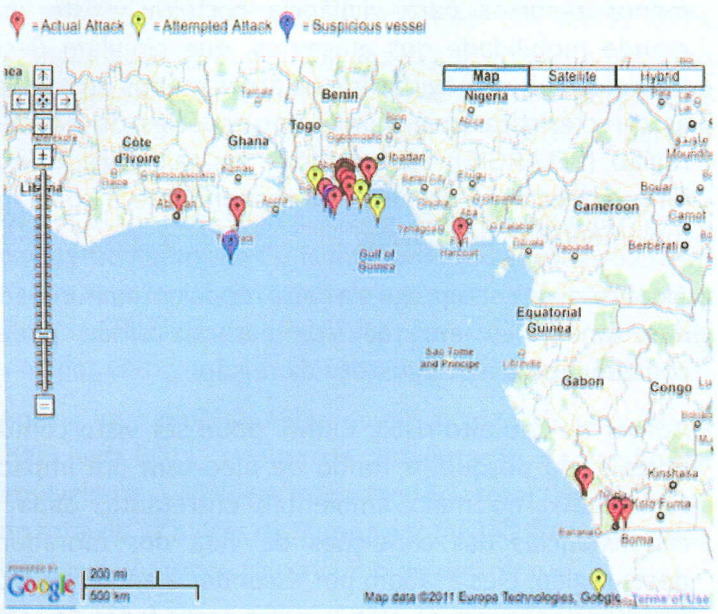
b) uma coordenação eficaz entre a marinha, da guarda costeira, polícia e do sistema Judiciário;

c) repartição de dados de informações e a coordenação sistemática na luta contra a pirataria entre os países da região;

d) acordos bilaterais entre países vizinhos de modo a reforçar as patrulhas conjuntas e vigilância, tanto na terra como no mar, como é o caso da "Operação Prosperidade" que é um mecanismo conjunto de patrulha marítima entre a Nigéria e Benim ou conjunto de patrulha marítima entre a Nigéria e Guiné Equatorial;

e) acordos que permitam os membros a prosseguir os infratores que ultrapassam todo o território marítimo.

Recent Attacks in the Region



As más condições de vida nesses países em questão é o principal fator para a pirataria. Isso faz com que as pessoas procurem alternativas para alcançar os seus desejos e suprir as suas necessidades. Como é sabido, os grandes lucros com a exportação de petróleo nunca chegam as camadas mais necessitadas e sim as elites. Um exemplo disso é que a dois terços dos 151 milhões da população nigeriana vive abaixo do linear da pobreza. Enfim, o caso da pirataria merece medidas drásticas como também as condições de vida da população dessa região.

A segurança marítima na região do Golfo da Guiné é importante para manter o fluxo sustentável das receitas do petróleo e gás, não-hidrocarboneto e outros recursos minerais, como fonte de receita para contribuir para o desenvolvimento da região. Contudo garantir a segurança nesta região está além da capacidade de uma nação ou de uma organização regional. Ela exige adoção de medidas adequadas a nível nacional, bem como o estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais entre os países afetados pela pirataria.

Entidades regionais, como a CEEAC, CEDEAO, GGC, IMO E MOWA devem coordenar esforços e ajudar os países da região do Golfo da Guiné, com a sua experiência, para resolver o problema desta natureza. Todavia, as partes interessadas locais, tais como, as empresas multinacionais têm experiência, estrutura e recursos para ajudar lidar com esses tipos de problemas.

Planos Nacionais de Contingência (PNC) para o combate ao derramamento da crude

Crude com foco no ambiente e na economia

Direção do meio Ambiente

No mês de maio, a Direção Geral do Ambiente em cooperação com a Internacional Petroleum Indusntry Enviromental Conservation Association, (IPIECA), realizou um seminário na Biblioteca Nacional, cujo tema era: Atelier Nacional para a elaboração de um Plano. Este seminário tinha como objectivo a preparação e qualificação dos quadros técnicos nacionais a elaborarem um Plano de Contingência contra o Derrame do Petróleo no Mar.

E São Tomé e Príncipe que também tem interesse permanente na estabilidade e segurança do Atlântico Sul terá a necessidade de exercer plenamente as funções de patrulhamento e defesa de seus territórios e águas jurisdicionais, ainda mais com o advento do ouro negro. Entretanto Como sempre, tudo exige um financiamento para que isso aconteça. Mesmo com a descoberta do ouro negro e com a sua exploração não garantiriam a segurança máxima das embarcações nacionais que precisássemos.

Entretanto, há locais prioritários que precisam ser priorizados de modo que se possa, realmente encontrar meios para a sua proteção caso haja um derrame.

Deste modo, o setor ligado a esse Plano reconhecendo a gravidade do mesmo, deve desenvolver um rigoroso trabalho de monitoramento e fiscalização a fim de acautelar os atores petrolíferos, particularmente, quando esses derrames ocorrerem em lugares de grande sensibilidade. Assim sendo, a cooperação entre o governo e as indústrias/empresas petrolíferas é de extrema importância para a boa execução e eficácia do referido plano.

Mas tudo isso requer um meio financeiro que condiz com a realidade país, o que parece ainda constituir um problema.

Para os países onde existem indústrias petrolíferas, elas apoiam o país na elaboração desse Plano de Contingência para além delas terem o seu próprio Plano. Os países que ainda não dispõem de uma indústria credível, como por exemplo, São Tomé e Príncipe, ainda custa efetuar trabalho na sua plenitude apesar de o Estado dar vasão a esta matéria. Por outro lado, essa cooperação entre o IPIECA visará promover a formação de especialistas na área dos petróleos e meio ambiente, facilitar o desenvolvimento de políticas, leis e regulamentos para a adoção do melhor procedimento de limpeza e contenção.

A crude é uma substancia oleosa, inflamável, menos densa que a água, cuja cor varia de acordo com a sua origem, oscilando entre o negro e o castanho. É encontrado no subsolo em profundidades variáveis e é rica em hidrocarbonetos. Qualquer tipo de derramamento da mesma é considera catástrofe ambiental. Os impactos ambientais causados pela substancia que se propaga para o mar, além de contaminarem a água mata espécies marinhas e aves mais abrangidas. A questão de navegação marítima também torna-se quase impossível. Portanto o que pode ser eventualmente dito relativamente ao ambiente é que o universo marinho pode sofrer mudanças extremas para o seu ecossistema, muito embora algumas espécies adaptam ao meio e preferem manter algum tempo afundado. Mas de qualquer modo quando há um derrame os efeitos são sempre negativos.

Tartaruga coberta de Petróleo (Crude)

Uma vez havendo um derrame é o espaço marinho que é poluído, em contrapartida a repercute negativamente na economia. Com dependência do local, pode afectar a praia privando os utentes do mesmo de aproveitar momentos de lazer, o que prejudica directamente o turismo, a pesca e a navegação das embarcações. Economicamente o país vê-se diante de um sinal de alerta. Esta substancia viscosa pode ocorrer por diversos motivos, desde os acidentes nas plataformas até a explosão de poços, entre outros.

O projeto GIACAF que assume a formação dos países nesta matéria não dispõe de verba para o efeito, cabendo o próprio país encontrar meios financeiros para financiar a elaboração deste Plano. Todavia, primeiro é importante que se faça a ratificação da convenção chave que é POPRC 92 mais alguns protocolos. Mas esta convenção tem como alicerce a convenção OPRIC 90, CLC 92, convenção do Fundo 92 que ajudam no seu funcionamento. Esta ratificação tem a ver com a preparação dos documentos submetidos ao governo para a sua aprovação.

O Gabinete: Gabinete de Registos e Informação Pública – GRIP

No âmbito do Principio de Transparência na Gestão dos Recursos Petrolíferos, aderido pelo Estado da República Democrática de São Tomé e Príncipe, foi criado o Gabinete de Registos e Informação Pública (G.R.I.P) regulado pela Lei 8/2004 (Lei quadro das receitas petrolíferas) e Lei 11/2007.

Biblioteca Nacional de S. Tomé e Príncipe

O Gabinete de Registo e Informação Pública (GRIP) é um órgão tutelado pela Assembleia Nacional criado em 2009, cujo primeiro administrador fora Dr. António Quintas, foi com o objetivo de divulgar informações sobre o andamento do processo de exploração de petróleo em São Tomé e Príncipe. Este gabinete também é conhecido como um dos órgãos fiscalizadores da atividade petrolífera em São Tomé e Príncipe.

Com escassez de informações sobre as questões petrolíferas, o gabinete tem tido algumas dificuldades em responder em tempo oportuno algumas solicitações da sociedade civil. Mas tudo isso tem um porquê? Desde a antiga administração com o Dr. António Quintas, nem todas as informações exigidas às entidades envolvidas no processo de exploração de petróleo, foram fornecidas as instituições que dirige.

O gabinete tem estado a cumprir com o seu papel pela qual fora criado. Contudo, sob nova administração, Emílio Lima introduziu uma nova dinámica na divulgação incessante do papel do gabinete junto da sociedade civil, tendo como objetivo uma campanha de sensibilização em todo o país.

Hoje com o novo administrador, o gabinete ganha vida novamente. Com 28 votos a favor, Emílio Lima, que sucede a António Quintas, ganhou o cargo de administrador do Gabinete de Registo e Informação Pública.

Com um novo desafio pela frente declara "**o GRIP tem como missão a promoção da transparência no sector petrolífero, através da recolha, processamento e divulgação de informações sobre gestão dos recursos de petróleo em São Tomé e Príncipe, nomeadamente arquivar, compilar, manter e pôr à disposição do público, todos os documentos e informações ligadas aos Recursos Petrolíferos e à gestão das suas Receitas**". E para que essa missão seja cumprida necessário seria dar uma grande visibilidade a esta Instituição. Bom, essa visibilidade é o que faltava, apesar de saber que a anterior administração deu alguns passos nesse sentido com a realização de alguns seminários distritais.

Emílio Lima: Administrador do GRIP

Não podemos dizer que essa missão foi cumprida pois pudemos constatar que muitos dos nossos concidadãos não sabiam da existência do GRIP, [redacted]".

O princípio de transparência implica a publicidade e o acesso público, dos atos derivados da gestão do processo de petróleo, desde os contratos que envolvam participações do Estado ou de qualquer empresa ou entidade tutelada ou controlada, total ou parcialmente, do Estado.

Para isso, é necessário que todas as instituições e pessoas envolvidas no processo petrolífero contribuam para a melhoria da transparência enviando as documentações necessárias de modo a prestar as devidas informações ao abrigo das legislações em vigor. E conta-se também com o apoio da população, no sentido de procurar o gabinete a procura de informações convenientes ao seu esclarecimento sobre as questões petrolíferas no país "Com a nova dinâmica, tudo indica que ele galvanizará, o paradigma autopticamente almejado ao quando da sua criação, sobretudo no que toca a divulgação e projeção, bem como a satisfação dos utentes, que é de facto a causa fundamental no seu géneses" Silvério Pereira, chefe do Departamento Técnico.

Silvério Pereira: Chefe do Departamento Técnico

O G.R.I.P. está bem posicionado no ranking dos observadores internacionais do processo petrolífero, como um dos passos acertados dados pelo estado São Tomense.

10º Aniversário da Agencia Nacional do Petróleo - ANP

Agencia Nacional de Petróleo

A agência nacional de petróleo despertou atenções, para o seu décimo aniversário. A afirmação e o percurso da ANP, sob os olhares céticos, despertou a consciência nacional e do mundo para o desenvolvimento do arquipélago.

Historicamente, nesses dez anos, pela direção da agência nacional de petróleo, passaram 3 diretores. Em primeiro temos Luís dos Prazeres, o atual presidente da zona conjunta Nigéria/S.Tomé e Príncipe; O Fernando Maquengo, hoje, ministro da tutela e posteriormente, a nova diretora executiva, Cristina Dias.

Nos últimos dez anos a Agencia Nacional de Petróleo – ANP, seguiu uma trajetória uniforme, que revela história de sucesso e de fracassos. Desde 2003, a autoridade Conjunta realizou duas rodas de licitação de blocos petrolíferos em que em que foram assinados cinco contratos de partilha de produção, tendo como bónus de assinatura um total de 77,8 de dólares americanos.

A 22 de Abril do mesmo ano foi lançada a primeira licitação de blocos petrolíferos na zona de desenvolvimento conjunto em Abuja, na Nigéria, e a segunda licitação em Novembro de 2004.

Entre muitos acontecimentos, pode-se dizer que hoje, as autoridades são-tomenses estão mais relaxadas com

a comprovação da existência de petróleo comercial no país, quantificado em cerca de 100 milhões de barris no bloco1.

E a propósito no bloco 1, trata-se do bloco onde as operadoras Chevron (americana) e a Total (francesa) anunciaram o abandono m Agosto do ano passado alegando a inexistência do petróleo comercial. Contudo, pondo de lado este episódio, trata-se de primeira vez, na história de petróleo no país, que, as autoridades certificam a existência, de facto, de petróleo nas águas territoriais para a extração dos ambos os Estados.

Como toda agencia a volta do mundo, a ANP tem deparado com alguns constrangimentos pelo caminho. Recentemente realizou-se a primeira licitação pública para a atribuição de blocos na nossa Zona Económica Exclusiva onde foi colocado 7 blocos a disposição de Empresas potenciais investidoras no ramo. E neste momento, conta-se com quatro Contratos de Partilha de Produção assinados.

Cristina Dias recentemente empossada directora Interina da Agencia Nacional de Petróleo afirma "não conseguimos cumprir o estipulado nas nossas condições internas de serviço, por isso achamos ser uma fraqueza e por essa razão alguns quadros sénior tem optado por outros destinos em busca de melhores condições sobretudo salariais".

Cristina Dias: Directora interina da ANP

Iniciativa para transparência nas Industrias Extractivas (ITIE)

Em 2009 Durante a Conferência Mundial da ITIE foi projetado um vídeo intitulado EITI – EITI – Making resources work for people, no qual fazia uma descrição geral da ITIE sob a perspetiva de todas as partes interessadas no processo.

A Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE) é uma iniciativa de carácter multilateral. É uma coligação global de governos, empresas e sociedade civil que trabalham em conjunto para melhorar a abertura e a gestão responsável das receitas provenientes dos recursos naturais. A ITIE tem por objetivo consolidar a governação elevando a transparência e a responsabilização no sector extrativo. Trata-se de uma iniciativa voluntária que foi enraizada pelos países cujos governos a subscreveram.

Como toda iniciativa a ITIE conta com a proteção e fiscalização de dois guardiões: o EITI Board (Conselho de Administração) e o EITI International Secretariat (Secretariado Internacional) que são os guardiães da metodologia da iniciativa, que aposta numa melhor governação nos países ricos em recursos naturais por meios da verificação e publicação integral dos pagamentos das empresas e das receitas dos governos provenientes do petróleo, do gás e da extração de minério. Todavia, a implementação é da responsabilidade de cada país.

Os recursos naturais, como petróleo, gás, metais e minerais, pertencem a cidadãos de um país. Extração desses recursos pode levar ao crescimento econômico e desenvolvimento social. No entanto, quando mal gerido leva à corrupção e até conflitos. Mais abertura em torno de como um país administra sua riqueza em recursos naturais é necessário para garantir que esses recursos podem beneficiar todos os cidadãos.

Países implementam o padrão da ITIE para garantir a divulgação completa de impostos e outros pagamentos

feitos por empresas de petróleo, gás e mineração para os governos. Estes pagamentos são divulgados em um relatório da ITIE anual. Este relatório permite que os cidadãos vejam por si mesmos o quanto o governo está recebendo a partir de recursos naturais do seu país. No caso de São Tomé e Príncipe ainda não é possível.

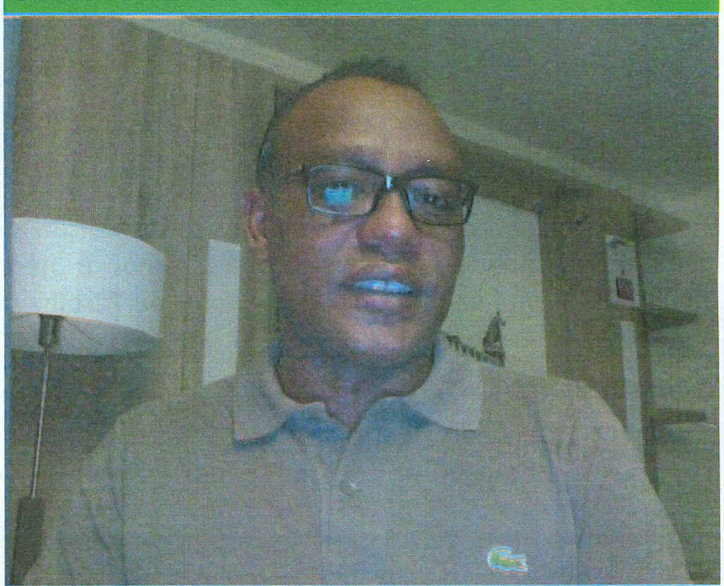
O país está preparando condições para explorar petróleo em duas zonas diferentes em diferentes jurisdições. A Zona de Desenvolvimento Conjunta (ZDC) com a Nigéria está localizado em uma área de sobreposição de pedidos de fronteira marítima entre os dois países. A outra área onde a exploração está ocorrendo é chamada de Zona Económica Exclusiva (ZEE) nas águas territoriais de São Tomé.

O desenvolvimento da ZDC segue um tratado assinado em 2001 com a Nigéria. As principais disposições do tratado são: 1) que a ZDC ópera de forma independente, regido por um organismo binacional e 2) 60% das receitas são alocadas para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe. O tratado é para durar por 45 anos com revisão após 30 anos. Portanto este é um fator óbvio pela qual São Tomé e Príncipe ainda não dispõe de relatórios.

São Tomé e Príncipe conseguiu entrar na lista dos países candidatos e conformes com a ITIE em 10 de maio de 2012 quando solicitou o estatuto de candidato EITI. São Tomé e Príncipe foi admitido como país candidato à EITI pelo Conselho da EITI em 26 de outubro de 2012 de acordo com os Padrões ITIE e medidas transitórias associadas. Apesar de o país ainda não estar na fase de extração, foi obrigado a publicar o seu primeiro Relatório de Avaliação em 26 de outubro 2014.

Todos os cidadãos interessados na transparência do EITI podem consultar as informações e relatórios na www.itie.org ou dirigir-se a Casa da Cultura.

José Cardoso



Secretário permanente do Comité santomense da ITIE

Volta do Cacau 2014
Turismo como Fator de Desenvolvimento

No dia 28 de Agosto arrancou a 5ª Edição da Volta do Cacau 2014 na Cidade de Neves (Lembá). Com a prova de contra relógio individual, ligando a Cidade Industrial a vila de Santa Catarina, num total de 16mk. Com o intuito de promover o ciclismo e o turismo no país, esta modalidade foi instituída pela Federação de Ciclismo São-tomense.

O maior evento de ciclismo em São Tomé e Príncipe, que este ano voltou a contar com as equipas santomenses, angolanas e um atleta de Portugal. Com a ausência de Macau, reduziu-se para três o número de países participantes que percorreram uma distância de 281 quilómetros entre os dias 28 e 31 de Agosto.

A primeira etapa foi de Neves à Santa Catarina; a segunda de Guadalupe à Porto Alegre; a terceira de Água Arroz ao Monte Café e, a quarta etapa no circuito urbano foi de São Tomé ao São Tomé.

Edney Nascimento, considerado a maior esperança nacional nesta modalidade, face as suas prestações nas edições anteriores, mostrou-se muito nervoso pelo arranque da prova. Para o atleta não tinha como não estar nervoso, apesar de já ter participado nas competições anteriores. A primeira prova segundo ele, foi difícil, devido a vários fatores, onde um deles era a bicicleta. Mesmo assim, sem perder a garra e esperança de tudo fez para fazer o melhor tempo, para não distanciar dos que estavam a frente.

O rei das estradas nacionais, Igor Silva do Benfica de Luanda, também mostrou-se um pouco ansioso, frisando que esta etapa seria muito dura, não obstante de já ter vencido a mesma nas outras edições. No primeiro dia da prova, Igor mostrou-se um pouco inquieto, como é normal antes do início de qualquer prova.

Banner da Página Oficial da Volta do Cacau 2014

Apesar das dificuldades pela quarta vez Igor Silva dominou as estradas são-tomenses o que não trouxe muito espanto para os nacionais. Igor Silva, querido pelos são-tomenses diz que esta vitória não é só para os angolanos como também para os são-tomenses que o tem recebido com aplausos e gritos.

A Volta do Cacau, apesar da sua importância para o desporto, não deixa de dar o seu contributo para o turismo. A atividade turística tem se constituindo atualmente num importante instrumento de desenvolvimento local. Em São Tomé, apesar de uma percentagem pequena da população se constituir na demanda do mercado doméstico de turismo, este pode contribuir para o desenvolvimento do país. Em relação às diversas modalidades relacionadas a eventos (feiras e congressos), Volta do Cacau apresenta um impacto econômico maior.

Isto porque a corrida passa por todos os distritos do país dando aos que veem uma visão mais ampla daquilo que o arquipélago pode oferecer a nível de lazer e do desporto.

A Volta entre outros eventos têm o poder de dinamizar a atividade turística, e aumentar a competitividade. Para tanto, é necessário que haja um conjunto de iniciativas por parte dos setores público e privado com o objetivo de eliminar as deficiências existentes.

O diretor desportivo da equipa angolana, Carlos Araújo, destacou a importância da corrida para o intercâmbio lusófono na modalidade como um acontecimento que aproxima as pessoas e culturas por meios da comunicação, pois quanto mais fácil a comunicação for mais simples é a partilha e a comunhão de ideias e experiências. Quando a língua é a mesma então este obstáculo está imediatamente ultrapassado. O entendimento permite-nos a simbiose cultural que reflete os valores, a tradição e consequentemente os laços únicos da comunidade.

Foto Familiar da Volta do Cacau 2014

O incentivo à esta modalidade é importante para o turismo, a saúde da comunidade, promove a inclusão social e é fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população. E a Volta do Cacau pode auxiliar não apenas na execução técnica do desporto, mas contribui com a construção da convivência, administração de conflitos, identificar e aceitar limitações, disciplina, trabalho em equipa e competitividade e exploração.

A Volta do Cacau na verdade é uma combinação de turismo, juventude, Desportes e Lazer. Este evento, é uma rara realização elogiável, não só trouxe o intercâmbio entre países lusófonos, como também fomenta o associativismo entre os jovens e, consequentemente o turismo e dando o ensejo para que tantos atletas pudessem mostrar seu valor nas várias formas do desporte. É uma ocasião positiva para o País.

Para a juventude é inegável a sua importância como veículo de transformação social. Através dele os jovens comunicam e interagem mais o que contribui para a sua formação social, para além de promover um estilo de vida ativo.

Banner da Página Oficial da Volta do Cacau 2014

É preciso compreender a importância do desporto na valorização da juventude, proporcionando-lhe A OPORTUNIDADE de mostrar seu talento nessa atividade tão saudável e benéfica para a cidadania.

São Tomé e Príncipe acolhe a segunda edição do TEDx

À 25 de Outubro de 2014 na cidade de São Tomé deu-se lugar ao evento mundialmente conhecido por TEDx com a participarão oradores nacionais e internacionais, que através das suas ideias, experiências focando no futuro responsável e sustentável, adaptado as novas tecnologias.

TEDxSãoTomé é uma iniciativa de um grupo de jovens são-tomenses da ONG Galo Cantá que decidiu apostar nos projetos e ideias de impacto local e difundir o conceito do "pensar global e agir local" com vista a levar o nome do país além-fronteiras. O tema deste ano foi "Futurismo Santomense: Visão Raio X" sob o logan é: Venha despertar os 5 sentidos com o futuro no presente! Moving for Innovation. este ano o evento contou com oradores como Acácio Bonfim, Elsa Lombá, Dário Paraíso, Pindó, Wildiley Barroca, Ângelo Torres, Epifânio Costa.

TEDxSãoTomé tem como o obejectivo ser uma plataforma para a divulgação de ideias/projectos com impacto local, contribuindo para a sua visibilidade, funcionando como uma ligação entre três realidades distintas: agentes criativos, empreendedores e criadores.

No espírito das ideias que merecem ser espalhadas, "TED" significa Tecnologia, Entretenimento e Design - três grandes áreas temáticas que estão, coletivamente, moldando o nosso futuro, o evento é um programa de eventos anual, auto-organizados locais que reúnem pessoas para compartilhar uma experiência TED-like, onde alguns dos principais pensadores e realizadores de todo o mundo são convidados a compartilhar o que está mais apaixonado. E, de fato, o evento é mais amplo ainda, apresentando idéias que importam em qualquer disciplina. Os participantes têm chamado de "o melhor spa cérebro" e O público diversificado "uma viagem de quatro dias para o futuro."

Banner da Página Oficial do TEDx STP 2014

Eleições legislativas e Autárcicas 2014 em STP

A Acção Democrática Independente (ADI) vence com maioria absoluta

No dia 12 de outubro ADI ganhou de forma esmagadora as eleições legislativas 2014. A maioria absoluta incitada pelo Presidente da ADI, Patrice Trovoada, ao povo, deu ao partido, de acordo com os resultados da Comissão Eleitoral Nacional (CEN), uma soma de 33.582 votos.

Participaram 12 partidos e foram recenseados 92.790 eleitores e se registou uma abstenção na ordem dos 28 por cento. Com este resultado, o partido ADI conquista 33 dos 55 mandatos na Assembleia Nacional. Em Água Grande (na capital do país) obteve 14.372, em Cantagalo 3.273, em Caué obteve 817 votos, em Lembá 2.032 votos, em Lobata 3.040, em Me-zochi 9.111 e na Região do Príncipe 937votos.

Em segundo lugar está o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD), com 16 assentos, em terceiro o Partido da Convergência Democrática (PCD), com cinco assentos e União para a Democracia e Desenvolvimento (UDD), em quarto, com um assento parlamentar.

Mensagem do Administrador

Emílio Lima: Administrador do GRIP

Gostaria de agradecer a todos os colaboradores e funcionários do GRIP pelo acolhimento e disponibilidade demonstrada nesses meses em que estou a liderar este Gabinete. Pois só juntos e em equipa poderemos cumprir com os objetivos dessa Instituição.

Nós estamos numa sociedade em que a democracia é muito recente, as pessoas não exercem o seu papel de cidadania, não são pró-activas, não vão em busca de informações nem de esclarecimentos por isso tivemos que fazer grande investimento em campanhas de sensibilização e de publicidade para que o GRIP fosse conhecido e assim poder desempenhar o seu verdadeiro papel de transparência que deve ser entendida como um acto, público como o princípio que permite a todos os administrados conhecer não apenas os fatos e os números decorrentes da administração da Coisa Pública (receitas petrolíferas), a prestação de informações do Estado à população, o acesso universal, a consolidação da democracia, e o combate à corrupção - A informação é a Principal Arma – Antídoto Principal.

Assim podemos referir que estamos a melhor a nossa imagem para em conjunto com outras instituições desempenharmos o nosso papel de catalisador de informações no processo de exploração de petróleo em S. Tomé e Príncipe.

FICHA TÉCNICA

Título: *Boletim Informativo do GRIP*
Editor(a): *Vivalda C. dos Prazeres*
Supervisores: *Emílio Lima e Silvério Pereira*
Design: *Aquistp, Lda*
Fotoimpressão: *GRIP e Damião T. de Almeida*
3ª Edição: *STP, Novembro 2014*
Triagem: *100 exemplares*

@quistp
Design Gráfico e Marketing Digital
www.aquistp.com
facebook.com/aquistp
youtube.com/aquistp

GRIP

Gabinete de Registo e Informação Pública

PROMOVENDO TRANSPARÊNCIA NO SECTOR DE PETRÓLEO EM STP